



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO ESPECIAL - REFORMA POLÍTICA 2011		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 2024/11	DATA: 30/11/2011
INÍCIO: 15h16min	TÉRMINO: 16h43min	DURAÇÃO: 01h27min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h27min	PÁGINAS: 32	QUARTOS: 18

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Discussão e votação do relatório do Deputado Henrique Fontana.

OBSERVAÇÕES
Houve intervenções fora do microfone. Ininteligíveis e inaudíveis. Houve intervenções simultâneas ininteligíveis. Há oradores não identificados em breves intervenções.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Sras. e Srs. Parlamentares, havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da presente reunião.

Informo aos Srs. Parlamentares que foi distribuída cópia da ata da 35ª reunião ordinária, realizada no último dia 23 de novembro.

Solicito do Plenário a dispensa da leitura da ata. *(Pausa.)*

Não havendo manifestação em contrário, declaro dispensada a leitura da ata e submeto-a à discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, coloco-a em votação.

As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

A ata está aprovada.

Ordem do dia.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Sr; Presidente, questão de ordem sobre a ordem do dia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Dando início à ordem do dia, informo que esta reunião foi convocada para iniciarmos a discussão e votação do relatório do Deputado Henrique Fontana, Relator da Comissão.

É evidente que já há requerimentos na mesa, e V.Exa. já manifesta interesse de uso da palavra. Tem a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Sr. Presidente, nós conversamos com o Relator ao longo de todas essas reuniões. Sempre encontramos no Relator a disposição de acolher as nossas palavras, embora muitas vezes delicadamente não acolhesse as nossas ideias, mas sempre delicadamente.

Esse ambiente prazeroso de debate não pode sofrer, pelo ritualismo das coisas, uma interrupção. A minha impressão é de que desentendimentos iniciais começaram a ser esclarecidos, o que não quer dizer que tenha havido mudanças substanciais de posição. Porém, o próprio Relator, exemplarmente, modificou o seu parecer a partir de debates da Comissão.

Eu acho que é injusto nós, que não tivemos condições de analisar essas últimas mudanças, especialmente com os nossos partidos, pura e simplesmente nos posicionarmos numa postura maniqueísta do contra e do a favor depois de tamanho esforço, especialmente do Relator.



Então, eu penso que nós temos a necessidade, o dever político de prorrogar o prazo para nos entendermos. E o caminho regimental é o adiamento da discussão. Se houvesse a possibilidade pura e simplesmente de “*Vamos iniciar a discussão. Vamos dar novamente a palavra a quem já falou.*” Mas pode haver um embaraço em algum momento. Quando anunciarmos formalmente o início da discussão, estaremos escravizados pelo Regimento. E é bom que estejamos escravizados pelo Regimento. Devemos cumpri-lo.

Eu entendo que das conversas hoje havidas aqui entre diversos companheiros — não sei se daí resulta a maioria, se não resulta a maioria, não sei se um requerimento para adiamento da discussão seria aprovado ou se seria rejeitado, não sei —, a minha proposta é que se faça essa preliminar de debate político.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Deputado Miro Teixeira, por gentileza.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Especialmente com a palavra do Relator, para adiarmos. Se for o caso, temos como encaminhar, é claro, um requerimento de adiamento, mas eu entendo que, se o Relator tiver a possibilidade de compreender — está aqui o Deputado Ricardo Berzoini, que já viveu em outros momentos também projetos dessa natureza, tensões, debates — que os nossos partidos, quase todos, não tiveram condições de se reunir para examinar as coisas todas.

Talvez a compreensão do Relator de nós levarmos a um consenso em torno de um requerimento, sem que precisemos medir os votos daqui ou dali.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Deputado Miro...

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Eu encerrei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Não, não, não. Por gentileza.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Transmiti a minha preocupação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Não, é apenas para informar a V.Exa. que, diante do requerimento que está aqui na mesa, eu queria exatamente colocar essa questão. Porque há um requerimento primeiro que pede preferência



para votação do requerimento de adiamento de discussão antes do requerimento de retirada de pauta.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Pois eu desconhecia a formalização do requerimento. Conheço a intenção dele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - O objetivo da minha interferência foi exatamente esse.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Eu agradeço a V.Exa. O que eu percebi é que existe um ambiente para que isso se faça conforme o entendimento da Comissão e com o apoio, se possível, do Relator. Porque é em respeito ao Relator que nós estamos propondo isso. É em homenagem ao Relator, em homenagem ao esforço que o Relator fez para que não vá por terra pura e simplesmente isso.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - O Deputado Berzoini pediu a palavra.

Então, não estou colocando ainda em discussão o requerimento. Vou segurá-lo, como já fizemos em tantas e tantas vezes anteriores.

Com a palavra o Deputado Ricardo Berzoini.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Agradeço, Sr. Presidente, a sensibilidade de a gente tentar fugir um pouco do rito regimental e fazer uma análise breve do que disse o Deputado Miro Teixeira e do que nós todos aqui temos conversado de maneira informal nesses dias.

Na verdade, esta Comissão fez um grande esforço político para tentar compor o entendimento sobre vários temas. É claro que, no limite, nós podemos chegar à votação, que é democrática, pela própria natureza.

Mas, ao mesmo tempo, nós temos que levar em consideração que, ao longo de todo esse período, não chegamos, nos principais temas da reforma política, a formatar, digamos, uma maioria capaz de guiar, com as divergências e as ponderações, o processo de construção de um novo sistema político eleitoral no Brasil.

Então, embora a minha ansiedade por um novo sistema político — e eu pessoalmente que tenho no financiamento público a base da minha preocupação, e



a cada semana, lendo as notícias eu fico mais preocupado com o que acontece em todo o Brasil, prefeituras, governos estaduais e as próprias notícias do Governo Federal que, vez por outra, são mais verdadeiras ou não, eu continuo ansioso por discutir uma reforma política que nos permita sair do voto semi-censitário que temos hoje no Brasil — nós precisamos ter a paciência de buscar ainda mais diálogo e mais construção política, ainda que nós saibamos que é muito difícil.

Eu tenho a perfeita convicção da dificuldade que é, a partir de tantas apreciações diferenciadas sobre o tema, compor, e o nosso Relator Henrique Fontana, com certeza, tem sido para lá de paciente e persistente na busca do entendimento. Mas é difícil.

Com a preocupação de que nós não façamos um adiamento apenas por adiar, mas que isso nos permita construir, para o próximo ano, na tentativa de dar um desenlace a esse processo político que possa resultar numa votação que construa um novo sistema político no Brasil, no sentido de ser um sistema mais representativo, mais programático e menos dependente do poder econômico, das contribuições privadas, concordo que uma votação, hoje, seria apenas deixarmos correr os prazos sem uma preocupação política de nível superior, de capacidade de construir soluções.

Pessoalmente, concordo com a ponderação do Miro e acho que essa atitude homenageia o trabalho do Relator e do Presidente da Comissão que têm feito esforço real para viabilizar uma reforma política.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Nessa fase inicial, pediram a palavra os Deputados Arnaldo Faria de Sá e Marcus Pestana. Nessa ordem. E os Deputados Reguffe, José Guimarães, Alfredo, Erika, Ivan. O.k.?

Nada a ver com o mérito. Nada a ver com os requerimentos. Apenas questões preliminares a esse respeito, embora eu deva dizer da minha alegria, porque, nesta fase de pré-análise de mérito, o afloramento das divergências eu vejo como algo extremamente saudável. Por essa razão eu acredito que a reforma vá sair. E, como ela não valerá para as eleições de 2012, e sim para as de 2014, embora eu vá me dobrar à posição da maioria, acho que nós ganharmos mais tempo não incomoda a ninguém.



Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, eu acho que as discussões iniciais vão, com o andar da carruagem, permitir que se entenda que não devemos votar hoje, nem iniciar a discussão. Aguardemos outra oportunidade, até porque, ao início da proposta, a pretensão era que a modificação na legislação eleitoral valesse para 2012. A Constituição impede que isso aconteça. Qualquer modificação só valerá para 2014, portanto há tempo hábil para se rediscutirem e alterarem algumas propostas que certamente buscarão o consenso da maioria da Comissão.

E tenho certeza, Sr. Presidente, Sr. Relator, de que o melhor caminho para nós é não iniciarmos a discussão, para não precisarmos entrar no processo regimental de obstrução, de tentativa de impedimento de votação. Com um grande acordo, iniciemos a discussão em outro momento, que V.Exa., juntamente com o Relator, deverão aprazar.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Presidente, Srs. Parlamentares, na última reunião eu defendi que nós esgotássemos o trabalho desta Comissão — acho que está bem maduro o debate —, que nós nos desincumbíssemos de entregar um relatório e passássemos para a segunda etapa, que é a CCJ, e os preparativos para o plenário. O que eu percebo no ambiente formado depois de 1 ano de debate e esforço, principalmente do Relator, do Presidente, de todos nós, é que há uma necessidade, e esta convicção nós temos que firmar, uma necessidade social premente de reforma política, uma exigência da democracia brasileira.

Eu acabo de fechar uma pesquisa numa grande cidade brasileira, de alta escolaridade e alta urbanização: 74% dos eleitores não sabem dizer o nome do Deputado Federal em que votaram 1 ano atrás. E, se não sabem dizer o nome, é porque não há nenhum controle social ou acompanhamento do mandato. Quando eu perguntei os votos dos dois Deputados dessa cidade no salário mínimo, no Código Florestal e no imposto para a Saúde, só 5%, 4% e 3%, em cada uma delas, chutou; 95%, 96% não têm absolutamente nenhuma noção do que é feito aqui em seu nome. Então este sistema não pode ser bom. Há uma necessidade social de mudança. E se não firmarmos uma convicção, nós vamos morrer na praia, melancolicamente, se não houver uma reflexão coletiva dessa necessidade.



Mas, por outro lado, ficou visível que nenhuma das propostas granjeou, formou, galvanizou maioria suficiente para prosseguir. Há um impasse real. Não adianta artificializar. Não há maioria formada suficiente para tocar o barco. Houve tentativas de evolução. O Relator, que propugnava a lista fechada, convergiu para o sistema belga. O PMDB, que propunha o distritão, caminhou para o distritão misto. O PSDB, vendo que não tem maioria para o distrital, propõe a redução territorial no sistema proporcional das circunscrições. Sim, houve evolução, mas não suficiente para formar maioria. E houve uma perda de *timing*. A vontade reformadora, aquela energia que vem no vácuo da urna, aquela energia de mudança, ela vai se esvaindo. Nós perdemos esse *timing*. Começamos bem, e depois... Estou vendo no meu primeiro mandato que, quando começa a cair o *status* do tema, as reuniões vão descendo do Plenário 2 aqui para o final do corredor. Quando chega aqui ao Plenário 13 é porque o tema está perdendo força e *status*, então, eu me rendo. A única decisão consensual é não decidir.

Eu só queria fazer uma última observação, em nome do PSDB, acolhendo a proposta dos Deputados Miro Teixeira e Ricardo Berzoini e entendendo a angústia do Deputado Henrique Fontana. Não há, Deputado Henrique, clima para decidir. Só observo o seguinte: mais do mesmo não vai levar a ponto algum. Ou mudam as direções partidárias ou há outro tipo de esforço político que não seja no âmbito da Comissão, ou vamos iniciar o ano já quase morrendo na praia, melancolicamente. É preciso outro movimento político que não seja endógeno a esta Comissão. É preciso mais imaginação, criatividade, porque mais do mesmo não vai corrigir esta rota que nos levará ao fracasso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Tem a palavra o Deputado Reguffe.

O SR. DEPUTADO REGUFFE - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu também quero deixar o meu apoio ao requerimento de adiamento da discussão. Apoio o requerimento justamente porque defendo a reforma política e porque considero que esta é a mãe de todas as reformas, importantíssima para a democracia brasileira, para o nosso Estado Democrático de Direito. Hoje, a população não se considera representada nos seus representantes, e temos menos de 1 ano de mandato. A população não sabe, não se lembra em quem votou, com



pouco mais de 1 ano das eleições. Isso mostra que o sistema está errado e é preciso ser modificado. Se é preciso mais tempo para melhorar o relatório, para aprofundar as discussões, não vejo problema. Não há por que essa pressa em votar, até porque o tema é muito importante para a população e não pode ser deixado de lado. Justamente para manter o tema aceso e ter a esperança de que nós podemos construir aqui um novo sistema eleitoral e fazer uma ampla reforma política, no sentido macro de reforma política, que não é mudar apenas o sistema eleitoral, é que eu defendo o adiamento.

Já apresentei três destaques para temas que eu gostaria de ver sendo debatidos, destaques esses que meu partido endossou. Fiz sete propostas de emenda e conseguimos destacar três, que era o número de destaques a que o PDT tinha direito. Espero que todos sejam debatidos no ano que vem, ou ao fim deste adiamento. Votarei a favor do adiamento, mas, esgotado esse prazo, mesmo que não se chegue a um consenso, acho que temos de passar à votação, e aí quem tiver mais voto leva. Pelo menos todos terão a chance de, como representantes dos seus eleitores, defender as posições que firmaram durante as campanhas eleitorais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Tem a palavra o Deputado José Guimarães.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Parlamentares, eu quero me associar ao sentimento do nobre Relator. Evidentemente, não se pode, num momento como esse, tomar uma decisão de faz de conta. É muito legítima nesta Comissão a posição daqueles que querem a reforma e daqueles que não querem a reforma, pelas mais variadas razões. Isso é democrático, eu aceito, debate, e não tem nenhuma implicação na minha posição partidária.

Eu me associo ao nobre Relator, primeiro, pelo esforço que foi feito. A nossa Casa, esta Casa, dialogou com a sociedade brasileira. Eu entendo os que são contrários e não querem votar hoje. V.Exa. tem razão. Mas eu quero dizer aqui do esforço que esse Relator fez para que esta Comissão não ficasse desmoralizada, a despeito das increpações de que a Comissão não iria, etc. etc. Como Relator, ele teve a paciência que dificilmente eu teria. Ouvei e discuti a matéria. Eu mesmo



participei de várias reuniões com o Deputado Henrique Fontana, com partidos e blocos de partidos, tentando acumular certa maioria nesta Comissão.

Segundo, eu me associo ao Relator pelo mérito do seu relatório, em que nós pudemos discordar e V.Exas. podem discordar. Eu tenho uma opinião muito clara sobre a questão do financiamento favorável a ele, o que, para mim, é a pedra angular da reforma. Sem isso, será um faz de conta. Pudemos discordar. Há companheiros aqui que discordam — é legítimo — e temos de aceitar. Porém, queria apresentar a seguinte questão. Aos companheiros que estão defendendo adiamento, devo dizer que não é razoável para esta Comissão adiar pelo adiar, sem compromisso político para com a votação do mérito do relatório, para que as posições possam se explicitar, Deputado Reguffe, no âmbito desta Comissão, senão, estaremos dizendo à sociedade brasileira, que evidentemente tem dúvida sobre um ou outro ponto da reforma... Mas eu sei do esforço que V.Exas. fizeram, particularmente o Presidente e o Relator. Refiro-me às viagens, aos seminários, indo para cá e para lá, custeando passagens do próprio bolso, considerando que é difícil conseguir passagem de avião da Câmara para fazer seminários.

Portanto, nobres Deputados, não podemos pegar um relatório desses e colocar na lata do lixo, como se ele não expressasse vontades expressas, sim. Pode ser que o relatório não seja maioria aqui, mas ele expressa a vontade de vários Deputados que querem o financiamento. A lista, muitos Deputados não querem. Há emendas. Eu vi emendas de alguns Deputados que apresentavam a redução dos distritos. Por que não discutir isso abertamente? Acho que o momento deveria ser — é claro que me curvo à decisão da maioria, nobre Relator — o de aprovar o relatório e discutir o mérito. Aí, no mérito, nós acertaríamos. Negociamos aqui, negociamos acolá, para expressar a vontade da maioria.

Evidentemente, eu entendo as preocupações apresentadas aqui. Contudo, chamo a atenção de todos para isso, Presidente Almeida, jamais poderia ser atitude de deixa para fevereiro para não votar. Vamos ver o que é possível, senão esta Comissão estará desmoralizada perante a opinião pública.

Esse era o sentimento que pretendia expressar. Eu me associo ao sentimento do Relator. S.Exa. foi um obstinado, até mesmo no âmbito do PT, excessivas reuniões.



Sr. Presidente, pelo menos, quero fazer um apelo a todos no sentido de que o trabalho do Deputado Fontana não seja desconsiderado, num momento importante desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Cumpre à Presidência, diante inclusive da nobre observação, fazer uma veemente defesa do trabalho da Comissão e do trabalho do Relator. Tenho certeza absoluta de que a sociedade brasileira não verá nesse provável adiamento nenhuma ação negligente ou afundamento do grandioso trabalho do Relator. Eu, particularmente, acho que tudo isso que está acontecendo e que vai acontecer hoje à tarde é fator de grandeza para esta Comissão, até porque vai estabelecer um alerta, vai levantar a questão diante da sociedade brasileira, que até certo ponto está apática à reforma político-eleitoral. Considero isso extremamente importante. E se a resultante for o adiamento, para mim, não há nenhum demérito à Comissão e muito menos ao trabalho do Relator.

Tem a palavra o Deputado Alfredo Sirkis.

O SR. DEPUTADO ALFREDO SIRKIS - Estou de acordo com o que V.Exa. acaba de dizer. Penso que realmente há um clima propício ao adiamento. Entendo que o adiamento poderá ser bom, desde que enseje o aprofundamento da discussão e não simplesmente o empurrar com a barriga de um tema que não queremos. Até ousar pensar que o fato de haver consenso no adiamento pode ser um bom indício. Na verdade, se a ideia fosse enterrar de vez a reforma política, tentar-se-ia precipitar de uma forma ou de outra, para que ela fosse na direção de um impasse. Penso que essa reforma, que é muito difícil... Novamente quero render uma homenagem ao nosso Relator, que fez um trabalho admirável, com uma paciência tibetana, num período difícil.

De qualquer maneira, penso que essa reforma política, ao final, se bem-sucedida, miraculosamente, não será a ideal para nenhum de nós, mas será aquela que mais ou menos consegue chegar a um ponto comum.

Vejo aqui, de forma muito pragmática, que a posição inicial do PT, e a minha também, confesso, era o voto por lista. A posição inicial do PMDB, o segundo maior partido, era pelo chamado "distritão", ou seja, o voto majoritário tomando o Estado como circunscrição única. Por outro lado, existem posições que foram menos



explicitadas, mas nós sabemos claramente que elas existem, favoráveis ao voto distrital, inclusive na sociedade civil, na Internet. Eu ousou pensar que a proposta de destaque que apresentei e que a tese que venho defendendo poderia ser um ponto de consenso entre todos, que é a ideia de, por um lado, manter aquilo que é fundamental para o PT, o financiamento público. Apenas acho que isso é totalmente incompatível com o sistema atual. Teremos de mudá-lo. O financiamento público é possível no voto em lista e em alguma modalidade de voto distrital.

Portanto, eu propugno um sistema de dois votos, em que um seria em lista, da forma tradicional, e o outro seria o distrital plurinominal, ou seja, de grandes distritos, que os Estados fossem divididos em distritos de quatro e três, para efetuar a correção — Deputados Federais e um número análogo de Deputados Estaduais.

Sem querer entrar em detalhes nessa proposta, gostaria de dizer que, por um lado, ela atende à tese do financiamento público; por outro, fortalece os partidos; por outro lado, fortalece os políticos que têm voto, os políticos que têm liderança, que se elegeriam num sistema majoritário, em grandes distritos. E prejudica a quem? Prejudica àqueles que efetivamente se elegem na rabeira de quem tem voto. De fato, isso atende a uma parte das preocupações subjacentes dos que defendem o voto distrital, que é a ideia de aproximar mais o Parlamentar do seu eleitor, que é a ideia de regionalizar um pouco mais a disputa e se instituir o chamado voto distrital uninominal, porque nós teríamos uma dificuldade intransponível de congregar um distrito que ao mesmo tempo fosse para Deputado Federal e Deputado Estadual. Seria impossível.

Temos aqui distritos de porte — distritos de porte médio —, que de fato poderiam funcionar e atender a uma boa parte das preocupações daqueles que defendem o voto distrital.

Penso que, se conseguirmos construir um consenso nessa proposta, será possível até uma mudança constitucional que nos consagre a ideia do voto distrital misto, mas existe a possibilidade de uma solução muito próxima disso, ainda dentro do sistema proporcional.

São tantas as questões, porém, por mais que tenhamos de fato discutido, por mais que o Relator tenha falado muitas vezes com os partidos, com as bancadas,



ainda há um vasto campo de discussão e de decantação, eu acredito, em torno dessa proposta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Deputada Erika Kokay.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, estou absolutamente de acordo com todas as avaliações feitas acerca da postura do nosso Relator — e me somo a elas —, da paciência do Relator na perspectiva de construirmos, não digo um consenso, mas uma maioria, que ofereça à sociedade realmente uma proposta de reforma política. Acho que há uma expectativa muito grande do conjunto da sociedade a que nós tenhamos um novo sistema político, a que nós tenhamos um Congresso ou um Parlamento que se aproxime mais dos anseios e da composição da sociedade brasileira, para que ela se sinta pertencente a esse Parlamento e que esse Parlamento lhe pertença, e que esse sentimento de pertença, que foi desgastado, que foi esgarçado, possa ser recomposto. Por isso há uma expectativa muito grande na sociedade a que tenhamos uma proposta de reforma política. Há uma expectativa muito grande na sociedade, penso eu, a que as posições possam ser explicitadas. Nós estamos fazendo uma discussão muito intensa e muito rica, o que é mérito desta Comissão, inclusive da sua Mesa Diretora, a propósito da apresentação das propostas, para que a sociedade possa discernir os dissensos, as possibilidades e os consensos em potencial. Isso ainda não está dado. Penso eu que o fato de os partidos ainda não terem uma posição, como já foi dito, significa que eles não se embrenharam nessa discussão, para que pudessem responder à sociedade sobre seu próprio anseio.

Acho que a melancolia que nós vemos estampada nesta reunião de hoje, que faz com que inclusive se sugira o adiamento da discussão e da votação, precisa ser rompida. A meu ver, ela não será rompida com o adiamento. Aqui já foi dito — e é o meu temor — que voltaremos em fevereiro mergulhados na mesma melancolia, ou seja, que seremos acometidos do Mito de Sísifo, da síndrome do trabalho inútil, ou seja, trabalhamos, trabalhamos, trabalhamos, trabalhamos e não vamos chegar a um resultado que corresponda aos interesses da sociedade. Acho que a melhor forma de se romper com a melancolia é adiar essa discussão, e, durante o processo de recesso, penso eu, que não haverá nenhum fato novo que justifique um retorno em outras condições no mês de fevereiro, acho que nós devemos continuar com a



discussão. Por isso, permito-me divergir da posição que, parece-me, é majoritária nesta reunião, de que suspendamos ou adiemos a discussão e votação das matérias que estão postas.

Pelo que pude depreender das discussões que ocorreram durante este ano, existem itens da proposta do Relator, parece-me, que é construir uma maioria absolutamente sólida. Poderíamos começar apostando ou deliberando acerca disso. Existem itens neste sentido e outros que carregam uma polêmica, como é a questão do sistema eleitoral e do financiamento público. Nós devemos à sociedade a transparência necessária, para que ela realmente conheça a posição dos Parlamentares que compõem esta Comissão e a dos seus respectivos partidos, inclusive acerca desse sistema.

Penso que há algo absolutamente estrutural e absolutamente revolucionário no que é permitido se conceber de revolucionário nesta etapa da história da humanidade, que é o financiamento público de campanha, que significa democratizar, em última instância, o acesso ao próprio Parlamento e desentranhar uma auto exclusão ou uma exclusão que se estabeleceu em segmentos representativos da sociedade, mas que não têm o apoio ou o respaldo do poder econômico e o financiamento das suas próprias campanhas eleitorais.

Sr. Presidente, gostaria de deixar clara a minha posição que nós não devemos adiar a discussão e a votação das matérias que compõem o relatório, que devemos começar a discussão com a perspectiva de já deliberar. Acredito que, quando entrarmos no processo de discussão com vista a um processo de deliberação, vamos explicitar as nossas posições, fazer com que as discussões que acumulamos aqui possam ser incorporadas e internalizadas pela população. E, ao iniciarmos o processo de votação, realmente poderemos romper a melancolia que, aliás, é coisa do século 21, em que a mão invisível do mercado adentra as cidadanias da intimidade e também o sentimento de melancolia.

Portanto, eu gostaria de deixar claro, e encerro com isso, que a minha posição é a de continuarmos a discussão. Portanto, posiciono-me contrária ao requerimento, cuja discussão ainda não foi aberta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Concedo a palavra ao Deputado Ivan Valente.



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, em primeiro lugar gostaria de dizer que o pequeno, porém “irascível” e combativo PSOL, quer votar a reforma política. Por quê? Porque precisamos ter coragem política para fazê-lo. Essa é uma questão vital, embora infelizmente não venha acompanhada de uma pressão de baixo para cima da sociedade. Esse é exatamente o problema que estamos enfrentando aqui, porque, se houvesse uma pressão organizada na sociedade, com relação à reforma política e outros temas, talvez tivéssemos avançado muito mais e votado a reforma neste Congresso.

O Deputado Marcelo Castro, que é um grande debatedor desta Comissão, sabe que, apesar das diretrizes gerais que têm os partidos, certamente há uma imensa insegurança, Deputado Henrique Fontana, para votar a reforma política. Há cálculos e simulações sendo feitos e desconfianças de como ficará o futuro em relação ao que é o quadro, a estampa atual. Então, sem hipocrisia, o que na verdade existe é isso.

Agora, por que seria importante votar certas questões centrais? Porque a questão do financiamento público é o diário, o cotidiano, é a leitura dos jornais, é a divulgação da imprensa. Não é mais possível que o poder econômico continue conduzindo o processo político no nosso País. Esse aspecto passa pelo financiamento privado de campanha. Não há dúvida quanto a isso. Talvez um único partido tenha explicitado claramente ser contra o financiamento público de campanha, apenas um — eu vi a propaganda na TV aberta —, os outros são favoráveis. Mas quando chega na hora de votar, a questão se complica. Há um processo.

Segunda questão: a lista partidária, que julgo ser também um dos pontos centrais, uma espinha dorsal do projeto, algo que tenha a ver com a lógica que todos defendem em tese, que é o fortalecimento dos partidos políticos, dos programas, das ideologias, do combate ao fisiologismo e ao clientelismo político, mas quando chega na hora de organizar a lista, como não temos os partidos sólidos nem ideológicos nem programáticos — e é bem possível que controlados por oligarquias partidárias —, a coisa pega. A elaboração da lista é a substituição do poder, quer dizer, dentro dos partidos políticos. Então, é óbvio que se trata de uma questão



complexa. Mas nós temos de caminhar para isso, para o fortalecimento dos partidos políticos.

Agora, há questões que eu entendo justas, Sr. Presidente, como preocupações para o adiamento. Eu quero falar sobre algumas. Acho que, na verdade, mesmo os Parlamentares bastante experientes na vida partidária e na vida política, quando se trata de fazer mudanças, têm dúvidas. Por exemplo, sobre a questão do quociente eleitoral, nós fomos fazer simulações. Vocês sabem que o PSOL perdeu, na prática, dois Deputados importantes no Brasil: a Deputada Luciana Genro, que atingiu mais de 80% do quociente, e o candidato Roseno, do Ceará, que também atingiu uma votação extremamente expressiva e não alcançou o quociente eleitoral. Essa será uma medida transformadora, revolucionária e de justiça social, está incluída na reforma e se trata de um ponto muito importante.

A segunda questão, Deputado Henrique Fontana, apareceu quando tivemos a discussão, na semana passada ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Peço silêncio no plenário. Há um orador falando.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Semana passada tivemos uma prévia de discussão nesta Casa. E é interessante que o Relator adotou o sistema de computação de Parlamentares eleitos por Partido, que é o chamado sistema Hondt. E, na leitura e nos debates que nós fizemos na Comissão, com cientistas políticos como Jairo Nicolau e outros, eles fizeram simulações por outro sistema, que é o chamado sistema Samlag. Nesse sistema, há mudanças na ordem de eleição. Há mudanças. Então, ela não garante... Veja, o sistema Hondt é uma escolha que o Relator fez. Mas esse debate ainda não fizemos aqui: se nós podemos adotar esse sistema ou outro sistema, que, na nossa opinião, nunca será a ponderação perfeita, mas será mais justa e igualitária ponderação.

Só para finalizar, Presidente, eu queria dizer o seguinte: que o pessoal não teria problema em estar votando o relatório, até porque o relatório vai para o Plenário e certamente ainda será alvo de muita discussão, contestação. Mas é evidente aqui na Comissão que há um pedido de aprofundamento e de adiamento. Então, eu elogio o Relator Fontana, e apoio o seu trabalho, a sua tentativa de fazer uma consulta ampla e tentar chegar a um resultado médio e, ao mesmo tempo,



compatível com os princípios de uma reforma política. Mas peço a compreensão de S.Exa. no sentido de votarmos tranquilamente a proposta. Iríamos votar fazendo os nossos destaques. Eu tenho destaques a fazer, mas, diante do quadro que está estabelecido, acho prudente adiarmos a discussão. Seria mais sensato, Deputado Fontana, que nós adiássemos. Não vejo condições políticas, inclusive com as manifestações partidárias de grandes partidos que foram feitas aqui neste momento.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Deputado Alceu Moreira. Logo a seguir, vou dar a palavra ao Relator Henrique Fontana. Após o Relator, terão a palavra os Deputados Sandro Alex, Fernando Ferro, Augusto Coutinho e outros.

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, eu queria comungar com todas as opiniões que foram dadas aqui. Mas depois de trabalhar intensivamente nesses debates, andar por audiência pública em todos os lugares, eu quero crer que esta Comissão teve momentos absolutamente maduros para votar o sistema de financiamento de campanha, para discutir o sistema eleitoral.

Não posso concordar que o adiamento seja um belo remédio. Absolutamente não. Nós deixamos essa discussão, que estava aflorando com grande vigor, morrer na praia. Ela acabou ficando protelada, porque tínhamos a preocupação com o fato de que fulano não concordava e o outro não concordava. Ora, esta é uma Casa que se estabelece pelo sistema democrático. Se não há consenso, tem que se votar, até porque nós chegamos aqui pelo voto. Ninguém veio para cá por consenso. Ninguém senta aqui nesta cadeira por consenso. Construir consenso em um tema extremamente contraditório como esse é impossível. Então, se o assunto está maduro, há massa crítica e compreensão pela grande maioria para se votar, tem que se votar.

Chegamos aqui e, no primeiro dia de debate, estava identificado claramente que as mazelas da política brasileira estão no financiamento de campanha. Se o financiamento continuar sendo privado, com o mundo de empresas e outros interesses envolvidos, vamos continuar com todos os problemas que temos hoje. Passamos esse tempo inteiro discutindo e vamos discutir o quê quando chegar



março? Que vai haver outro sistema híbrido de financiamento? Não. Ou é público ou é privado. Não há alternativa. Não vai sair muito disso.

Eu honestamente posso me render ao adiamento, mas gostaria de votar hoje duas questões: sistema de financiamento de campanha e sistema eleitoral. Votemos isso. Se nós tivéssemos votado, quando o tema estava maduro, o financiamento público de campanha, teríamos reduzido a discussão para alguns sistemas eleitorais que cabem nesse processo. Deixar o tema solto não resolveu nada.

E mais, Sr. Presidente, se nós formos apenas fazer o processo prorrogatório, só protelar, sem estabelecer com clareza o que foi decidido até agora e o que faremos em março, esta Comissão chegará aqui em março, e vai se reunir sem absolutamente nada para fazer e sem vontade de fazer nada. Eu não acredito nessa protelação como solução para mal nenhum.

Se nós não estabelecemos que, em março, quando iniciarmos aqui, na primeira ou na segunda reunião, vamos votar o financiamento de campanha, vamos votar o sistema eleitoral, se nós não tivermos um prazo, com uma pauta clara de votação, vamos apenas fazer um processo protelação, sem nenhum fundamento. Cá para nós, depois de tudo o que trabalhei nisso aqui, quero manifestar minha profunda frustração. A protelação não é um bom remédio. É sinal de que nós não conseguimos trabalhar. E, além disso, há aqui preconceitos claros com relação a isso. Eu tenho um amigo fraterno, que diz o seguinte: há um grupo grande de Parlamentares que faz um esforço danado para procurar recurso para fazer eleição, e outros que procuram eleição para fazer recursos. Certamente, isso nos impede muito de fazer a reforma.

Quero demonstrar toda a minha frustração e dizer que já tive nesta Comissão absoluta convicção de que nós daríamos à população brasileira o direito de ter um instrumento na mão, capaz de eleger quem desejaria para produzir a regulação legal deste País. Lamento não poder ter feito. Gostaria, pelo menos, que estreitássemos a discussão, afunilássemos, para que, na primeira ou na segunda reunião, tivéssemos o que votar nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Vou conceder a palavra ao Relator, mas a...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Ao Relator primeiro, porque ele se inscreveu depois do Alceu Moreira. Logo a seguir, temos as inscrições dos Deputados Sandro Alex, Fernando Ferro, Augusto Coutinho, Luciano Castro, Mauro Benevides, Daniel Almeida e Waldenor Pereira.

Eu devo dizer o seguinte: a responsabilidade é da Mesa desta Comissão. Nós não tivemos duas ou três reuniões, nas últimas duas ou três semanas, porque o horário das nossas sessões era à tarde e coincidiu exatamente com sessão deliberativa de Plenário o dia inteiro, por conta da DRU.

Segundo aspecto: nós teremos, até o dia 22 de dezembro, datas para quatro sessões desta Comissão. Confesso que, ao chegar aqui hoje, eu não tinha conhecimento da articulação de nenhum desses requerimentos. Mas devo dizer que a Mesa, o Relator e o Presidente, e a Comissão sabem perfeitamente onde nós nos encontramos em termos de andamento neste momento. Nós estamos exatamente para abrir o debate, a discussão acerca da proposta feita pelo Relator, depois de um pedido de vista concedido na última sessão. Se houver adiamento — e o adiamento materialmente vai ser forçoso, por conta das sessões, das datas que nos sobram ainda, nos restam este ano, vai ficar para o próximo.

E a Presidência e o Relator, no próximo ano, saberemos perfeitamente onde nós paramos. Se houver adiamento agora, nós paramos no momento em que estamos aguardando o debate. Retomaremos pelo debate.

Esta Comissão não negligenciou, durante todo este ano, em momento nenhum. Se esta for a decisão, eu particularmente acho que este é um momento valoroso, porque alguém lá atrás já tinha dito que esta Comissão já tinha se perdido no tempo. Ela não se perdeu. Iniciamos um trabalho com uma perspectiva de reforma para entrar em vigor nas eleições de 2012. O tempo é muito curto, sobretudo para quem conhece o que é Câmara dos Deputados e Parlamento brasileiro. Então, como não será em 2012, é para 2014, não há desídia, negligência.

O SR. DEPUTADO LUCIANO CASTRO - Sr. Presidente, uma questão de ordem. Eu indago de V.Exa. se há o requerimento sobre a mesa pedindo o adiamento da discussão. Há requerimento sobre a mesa?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Há. Há dois requerimentos e um terceiro pedindo preferência para que seja votado, primeiro, o de adiamento e em relação ao de retirada de pauta.

O SR. DEPUTADO LUCIANO CASTRO - Porque, assim sendo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Eu não submeti ainda à discussão pelo autor, por um pedido concordado aqui pela maioria de que deveríamos ouvir, primeiro, as ponderações.

O SR. DEPUTADO LUCIANO CASTRO - Mas, deixe-me colocar para V.Exa. São 4 horas da tarde e muitos Parlamentares já entraram aqui, já saíram daqui e nós não deliberamos absolutamente nada daquilo que está sobre a mesa. Nós precisamos deliberar o que está sobre a mesa. Então, não adianta ainda falar um rol de Parlamentares, se não deliberarmos sobre isso.

Parece-me que um requerimento prejudica o outro. Então, seria prudente colocar em exame os requerimentos. O autor do requerimento fala; falam dois a favor e dois contra; e delibera-se o requerimento. Depois, a palavra pode ficar franqueada a todos. Senão, daqui a pouco, esvazia-se, e nós não vamos ter o que debater, o que definir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Acho até prudente, mas vamos ouvir primeiro o Relator. Depois de ouvir o Relator, por conta de tudo quanto foi dito, poderemos tomar uma decisão com a concordância dos demais.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Obrigado, Sr. Presidente.

Eu quero começar cumprimentando os colegas e as colegas da Comissão. Essa tarefa, como nós já falamos em diversas reuniões, não é uma tarefa simples. Ela é extremamente necessária para o fortalecimento da democracia no País, mas não é uma tarefa simples.

O que ocorre? Eu estava tentando aqui raciocinar e ouvir com atenção a ponderação de cada um dos colegas. Desde que nós começamos os debates da Comissão de Reforma Política — vão agora em torno de 8 ou 9 meses —, provavelmente em nenhuma semana ou, quem sabe, no máximo, em nenhuma quinzena nós deixamos de ter algum tipo de acusação, denúncia, etc., contra a política e a sua forma de financiamento no País.



Eu não sou juiz, portanto, jamais vou julgar qualquer uma das denúncias, seja ela contra um companheiro meu de partido, seja ela contra o meu opositor mais ferrenho. Mas uma convicção eu formei ao longo dos anos e consolidei nesses 8 meses de debate aqui na Comissão: o sistema político brasileiro atual, baseado em campanhas caríssimas, sem limite de gastos, financiado pelos interesses daqueles que, depois, venderão produtos ou serviços para os governantes, que estão eleitos para representar a população, é um sistema absolutamente falido. Ele é um sistema que coloca a política e os políticos sob suspeição permanente — os que merecem, porque cometeram eventuais ilícitos, e os que não merecem, porque não cometeram.

Segundo, há uma hipocrisia e um cinismo, porque acusam a política e os políticos, mas não acusam na mesma medida os corruptores, que buscam corromper o ambiente da política e da tomada de decisões dentro da política. E aí o Parlamento há que ter coragem. O Deputado Esperidião Amin usou uma frase esses tempos que eu quero pedir licença para repetir: *“Deputado Fontana, quantas vezes tu viste alguém num debate de meia hora defender as qualidades do financiamento privado da democracia?”*. E ele mesmo respondeu: *“Praticamente nenhuma vez”*.

Eu ouço algumas críticas ao financiamento público, muitas. *“Como é que se vai fiscalizar?”* *“Como é que se vai impedir o caixa 2 com financiamento público?”* Mas eu pergunto: Como é que se impede o caixa 2 com financiamento privado, Srs. Deputados? Aqui, o caixa 2 anda livre, multiplica-se, coloca em risco a credibilidade da democracia. Se hoje é um, amanhã é outro, depois de amanhã é outro. Mas sempre o que se perde é a confiança na democracia.

Segundo, alguns dizem, como disse o Deputado Ivan Valente: *“Só um partido posicionou-se publicamente, com propaganda na televisão, dizendo o seguinte: ‘Como é que eu vou gastar tantos bilhões para financiar a democracia, se com esse dinheiro eu posso construir tantas casas, tantos hospitais?’”* Mas a democracia tem ou não tem custos? Ou alguém acha que a campanha sai de graça? Ou será que nós vamos continuar vendendo a ilusão para o povo brasileiro de que o financiamento privado não é pago pelo povo, Deputado Sandro Alex? Não, o povo paga toda campanha. Eu não conheço nenhum diretor de empresa, Deputado Pestana, de uma grande empresa que financia eleições, que tenha vendido o seu



patrimônio privado, uma fazenda, um apartamento, para financiar campanhas. Não, todos utilizam o dinheiro da empresa. E o dinheiro da empresa vem de duas fontes: ou está embutido no preço que o cidadão paga ao comprar um produto, e portanto é o cidadão que está pagando a campanha, ou vem pela pior via, que é a via daquele tipo de financiador, e eu sempre falo no genérico, que financia para obter vantagens futuras em negociações com o setor público, estabelecendo uma relação promíscua com o setor público, inclusive quebrando as regras de igualdade de concorrência, porque muitas vezes ele tem vantagem num determinado negócio e uma empresa séria, que tem qualidade, que tem capacidade de fornecer aquilo por um preço menor perde aquela concorrência por ene variáveis.

Alguns me dizem: *“Mas o financiamento público, para funcionar, só com lista fechada ou só com voto distrital”*. Eu respeito todos os argumentos, mas tenho uma convicção contrária. O financiamento público pode funcionar com o sistema que eu proponho no relatório. Deputada Erundina, alguns dizem: *“Eu vou respeitar o valor que está estabelecido no financiamento público...”* — porque será crime passível de prisão usar dinheiro de fora do financiamento público nesse projeto de lei que eu busco apoio da Comissão para aprovar — *“... mas o adversário que eu enfrento não vai respeitar”*. Mas hoje nós já temos esse problema, Deputado Vicente Candido, e muito pior. Porque hoje eu disputo uma eleição muitas vezes gastando xis e o adversário pode gastar 10 vezes mais, disputando o mesmo cargo. E isso é absolutamente injusto e quebra a regra da democracia.

Então, eu formei uma convicção, buscando, nas inúmeras reuniões que fizemos, respeitando os argumentos de todos, que, por óbvio, são argumentos fortes, legítimos, qualificados. Mas alguém disse esta frase: *“Em reforma política não há como estabelecer consensos”*. Não vamos mentir para a sociedade brasileira: não há como estabelecer consenso. O único consenso, Deputado João Paulo, que eu encontrei em 8 meses, em centenas de reuniões, Deputado Marcelo Castro, que teve grande papel nessas reuniões, o único consenso que encontrei foi o de mudar a data de posse do Presidente da República, dos Governadores e dos Prefeitos. Foi o único.

Há pouco, eu falava com o meu amigo Deputado Marcelo Castro, que disse: *“Fontana, a questão do fim da coligação é um consenso.”* Eu respondi: *“Não é,*



Deputado Marcelo Castro. Eu conversei com todos os partidos e eu sei que alguns são contrários ao fim da coligação". Mas ela está no meu relatório. Eu proponho o fim da coligação na eleição proporcional. Eu proponho o financiamento público exclusivo.

E quando nós vamos falar de financiamento, Deputado Reguffe, não há outra maneira a não ser votar. Evidentemente, nós temos emendas... Está aqui o quadro de emendas. Estudei cada uma, cada linha. E há emenda para todas as opiniões que estão circulando aqui na Comissão, Deputado Eduardo Cunha, todas as emendas.

Qualquer disputa democrática pode ser feita por esta Comissão, se os Parlamentares tiverem a coragem de tomar a decisão de votar a reforma política.

Eu, inclusive, propus ao Presidente, Deputado Edinho, nosso Vice-Presidente, a possibilidade ilimitada, se for o caso, de destaques. Porque eu não quero que nenhum colega deixe de defender a sua convicção aqui na Comissão. O partido que defende voto distrital vai poder destacar o voto distrital, e se ele tiver a maioria...

Eu quero fazer uma brincadeira. Às vezes, colegas me procuram e como essa pauta é quase a minha vida na política nesse último período, eles me perguntam: *"E aí, Fontana, vamos votar ou não vamos votar?"* Eu digo: *"Vamos."* *"Mas como é o relatório? O que tem maioria lá na Comissão? Já existe consenso?"* Eu respondo: *"Não há consenso."* *"Tu sabes qual é maioria?"* Eu digo: *"Não sei."* Porque eu não sou mágico, eu não sou adivinho. Eu não tenho como obrigar o colega a me dizer. Não posso me reunir, por exemplo, com o Marcelo, e dizer: *"Marcelo, como o PMDB vai votar nesse ponto?"* Eu não posso fazer uma inquirição prévia.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Eu até arriscaria a dizer isso.

Por exemplo, eu quero falar da minha casa, porque eu não gosto de entrar na vida interna de outros partidos, eu vou pelo meu próprio partido. Foi difícil tirar uma posição no debate do PT que saísse da posição da defesa de lista fechada, porque ela era amplamente majoritária no PT. E foi um grande esforço. Eu disse: *"Vamos votar a reforma política."*

Outra coisa. Há gente que defende a coincidência de eleições, outros acham que ela não é o ideal, outros acham que seria melhor fazer as duas eleições com



três ou quatro meses de diferença. Mas, Deputado Nazareno, qual é a forma de definir isso? O Relator vai poder magicamente colocar algo no relatório que encontre o apoio dos 40 na Comissão? Não vai.

O sistema de votação que eu estou propondo, Deputado Sirkis, permite tudo para todas as opiniões, para que a democracia se expresse com toda amplitude na Comissão, e com mais uma segurança: a de que vamos ao plenário depois da Comissão. E daqui até o plenário nós vamos ter mais dois meses de negociação.

É lógico que nós não podemos virar as costas, na minha opinião... É um apelo que eu faço ao Parlamento, a todos os partidos... Perguntaram-me aqui: *"Fontana, se tu colocares para votar hoje, vai ser aprovado o requerimento de adiamento ou o relatório vai ser derrotado? O que tu achas?"* Eu não quero que esse relatório seja derrotado. Eu não quero, e usando palavras da Deputada Erika Kokay, que esta Comissão termine de forma melancólica. Eu quero que ela termine num ato de verdade política, onde os partidos ou os Parlamentares, quando não for possível unificar a posição de um partido, expressem o seu posicionamento perante a sociedade brasileira, que por mais de 85% apoia a mudança no sistema político do nosso País. Quais os assuntos? Quais os temas? Qual é a posição sobre cada tema? Evidente que não há como avaliar cada um deles. Por isso, Presidente, é evidente que eu vou acolher a fala de ampla maioria. Na minha opinião, na política, a negociação tem de ir até o último minuto em que seja possível encontrar a maioria.

Agora, o relatório não vai ter o condão de estabelecer uma maioria antes de ser votado. Por exemplo, quando eu me refiro à sistema de votação, eu analisei aqui emendas de voto distrital. E eu conheço críticas ultracontundentes e grandes elogios ao voto distrital. Aqui há propostas de distritão. Eu conheço críticas contundentes, conheço gente que critica fortemente, Deputado Esperidião, e conheço gente que defende com grande convicção o distritão. Aqui há propostas de emenda de voto em lista fechada. Eu confesso que, às vezes, me dá a atração de voltar para aquele namoro antigo que eu tinha com a lista fechada e dizer: *"Vamos de lista fechada, então."* O Deputado Caiado e o Democratas dizem com frequência o seguinte: *"Vamos para a lista fechada."* O PCdoB fez essa emenda. Há sistemas mistos. Agora, como isto aqui não é ciência exata, como o sistema político mexe no âmago



da disputa pelo poder... O Deputado Ivan Valente usou a palavra insegurança. Bom, existe um lugar de segurança, que uma hora nossa Comissão vai ter de definir.

Primeiro, são dois grandes grupos: o que quer reforma e o que não quer. Não estou fazendo uma análise meritória. Todas as posições são meritórias, todas são legítimas, mas primeiro a Comissão vai ter de definir se por maioria quer fazer a reforma ou se quer arquivar a reforma. Essa é a primeira decisão, não há como fugir dela.

Então, o meu apelo é para que nós façamos um acordo aqui sobre o adiamento. Não precisamos nem votar requerimento, vamos fazer por consenso, entre nós. Na segunda semana depois que retomarmos os trabalhos, que iniciemos o processo de votação, que demorará 3 a 4 semanas, por exemplo. (*Palmas.*)

Nós vamos discutir cada requerimento, cada destaque, etc, etc.

A terceira questão que eu gostaria de colocar é o tema da insegurança. Meus caros colegas Deputados e Deputadas, sabem qual é a maior insegurança que eu tenho, Deputado Marcelo Castro? É disputar mais uma eleição no sistema atual que temos na democracia brasileira. Essa é a maior insegurança que eu tenho. Porque eu não sei como é que eu vou financiar uma campanha que vai mais do que duplicar de valor, de novo, como tem acontecido de eleição para eleição. Se nós saímos de 897 milhões e em 8 anos a campanha declarada chegou a 4,9 bilhões, eu estou autorizado a calcular que a próxima chega a 10 bilhões.

E como é que fica a autonomia do Parlamento? Nós queremos Parlamentares que sejam financiados e, como alguém disse numa entrevista que eu dei, que venham para cá com o paletó como corre um piloto de Fórmula 1, com 10 ou 12 marcas costuradas? Ou nós queremos um Parlamentar — como diz sempre com espírito de boas brincadeiras o nosso amigo Deputado Esperidião Amin — “fora as etiquetas”, com as etiquetas sem estarem grudadas por fora do paletó? É essa democracia que nós queremos para o Brasil ou nós queremos uma democracia em que o Parlamentar venha para cá com total independência para defender as ideias que ele defendeu durante a sua campanha?

Alguém já me disse, eu já ouvi este argumento: *Não, pra mim não altera nada. Eu posso ser financiado pelas empresas A, B, C e D, e não muda nada.*



Eu tenho a humildade de dizer aqui que, na minha avaliação, muito pouca gente, muito pouca gente consegue manter essa necessária independência nesse sistema em que nós estamos vivendo.

E no Executivo as coisas são piores, porque o Executivo está a toda hora fazendo, legitimamente, negócios com o setor privado, o Prefeito, o Governador. Fez-se uma licitação, ganhou a empresa A. Aí vão lá, cruzam com o financiamento da campanha, e a empresa A, que ganhou a licitação para construir a escola, era financiadora da campanha do Prefeito. Pronto, já está sob suspeita. Tudo foi honesto, tudo foi correto, mas está sob suspeita.

(Não identificado) - Já está culpado.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Já é culpado, inclusive. É o oposto. É culpado até que prove o contrário.

Então, caros colegas, eu encerro fazendo esse apelo à Comissão. Não há como termos consenso. Nós temos de ter um consenso de encaminhamento, isso sim, para que todos... E no regimento que estudamos longamente com o Dr. Sílvio, qual é a forma de votação que eu estou propondo? A forma de votação, Presidente. Primeiro, eu continuo à disposição de todos os colegas, de todos os partidos para reunir ainda nas próximas duas semanas para novas rodadas de negociação.

Que sistema de votação estou propondo para o início de fevereiro, para a segunda semana, depois do retorno? Face à discussão, cada Deputado tem, pelo Regimento, 15 minutos para defender seus posicionamentos. Eu proponho, inclusive, que tenhamos 10 minutos, a fim de que todos possam usar a palavra. Imaginem: 40 Deputados com 10 minutos cada um são 400 minutos de discussão! Ao final dessa discussão, Deputado Daniel Almeida, o Relator ainda tem a prerrogativa de fazer alguma modificação no relatório, sem que isso reabra os prazos — assim diz o Regimento. Após isso, vota-se o relatório.

O relatório inclui seis emendas constitucionais — eu não vou aqui repetir, porque todos nós já sabemos — e inclui o projeto de lei com um sistema de votação, que é um sistema de voto único. Ainda ontem, disse a um colega que não havia compreendido.

Portanto, eu aproveito a imprensa aqui para esclarecer que eu alterei o relatório. Não há mais, eventualmente, que se levantar a hipótese da insegurança,



Deputado Ivan Valente, do chamado voto duplo, que eu proponha, para que o eleitor tivesse transparência sobre como ele vota. Porque hoje quando o eleitor vota no Henrique Fontana, ele está votando ao mesmo tempo no Henrique Fontana e no Partido dos Trabalhadores. Só que às vezes ele é enganado. Ele não sabe disso. Talvez 80% da população brasileira não sabe que ao votar no Deputado Fulano de Tal, está votando também no partido daquele Deputado. Eu queria dar transparência a isso, dando ao eleitor duas escolhas, para que ele as expressasse.

(Não identificado) - O que é pior: está votando em um Deputado que ele não sabe quem é e por quem, às vezes, até tem antipatia.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Exatamente.

Bom, como havia essa crítica, fundada, de muitos colegas que me procuraram, eu acolhi a emenda do Deputado Cadoca, acolhi também posições do Deputado Edinho, do Deputado Alceu Moreira e, acho, do Deputado Marcelo, a respeito do sistema d'Hondt, que é o sistema de divisores, que termina com quociente eleitoral como cláusula de barreira, e fizemos um sistema de votação que chamo de sistema neutro, em relação ao interesse dos partidos.

Não há partido que possa dizer que vai ser beneficiado ou prejudicado pelo sistema de votação colocado aqui, até porque a nossa eventual negativa de votar uma reforma manterá o sistema como atual, que é muito próximo daquilo que estou propondo no relatório.

Mais do que isso, poderá ganhar a votação aqui a emenda do Deputado Sirkis ou a emenda do Deputado Pestana, em nome do PSDB. Ou poderá ganhar aqui a emenda de quem defende o distrital. Vai depender do voto. Poderá ganhar a emenda do Deputado Daniel Almeida, sobre a lista fechada. Nós vamos ter aqui os debates e as votações.

Votado o relatório, se houver acordo da Comissão e anuência do Presidente, que é quem comanda o processo de votação, nós passaremos à votação de cada um dos destaques feitos pelas bancadas.

Eu sugeri, num primeiro...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Se aprovado. Se rejeitado, há que se nomear um relator do vencido, a quem, neste caso, eu desejarei mais sorte



do que eu tive nos meses, ou mais sorte do que o Caiado teve, ou mais sorte do que outros.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - “Do que a mim” tocou. *(Riso.)*

Mas estou otimista, acho que nós vamos passar para essa segunda fase. Por exemplo, vai poder o Deputado Reguffe disputar, em destaque, o chamado voto facultativo, uma emenda de V.Exa., que eu não coloquei no relatório porque eu defendo o voto obrigatório.

A minha sugestão é que tenhamos, a cada votação, pelo menos o autor da emenda defendendo o seu destaque; evidentemente, o relatório podendo ser defendido pelo Relator; mais dois a favor e dois contra essa posição, e a votação. Aquilo que for aprovado, eu vou escrever no relatório. Eu quero repetir isso aqui. Eu vou escrever no relatório, porque o relatório é da Comissão. Se for vitoriosa a emenda A ou B, ela vai estar colocada aqui no relatório.

Então, meus nobres colegas, agradeço a V.Exas. também as palavras de reconhecimento do trabalho, que é um trabalho coletivo, na verdade. Eu acolho, evidentemente, a ideia de transferirmos a votação para o mês de fevereiro. Sugiro a segunda semana, porque na primeira semana é quando chegamos, temos de fazer reuniões, assim por diante.

Peço que estabeleçamos também o acordo de que na segunda semana de fevereiro iniciemos o processo de votação, que provavelmente vai demorar, imagino eu, 2, 3 ou 4 semanas, pelo volume de destaques que nós vamos votar.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Questão de ordem, Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Eu acho que o nobre Relator, além do brilhante trabalho que fez, tem uma excelente capacidade de diagnosticar o momento político que vivemos e tem também uma capacidade brilhante de construir uma forma de consenso para dinamizar o nosso trabalho, levando em consideração todas as nossas vontades aqui com relação ao aprofundamento do debate.



Então, em função do que o próprio Relator propôs, eu acho que a Comissão deveria, até como um voto de confiança, fazer, por aclamação, a proposição do nobre Relator e retomar essa discussão com a votação a partir da segunda semana de fevereiro, em referência ao belo trabalho que S.Exa. teve. Até lá, todos nós teremos condição, inclusive, de construir com o Relator, que consensuou com relação ao procedimento do andamento um novo relatório que atenda pelo menos à maioria, já que está tão difícil fazer consenso da unanimidade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - E aí eu estaria também atendendo ao reclamo do Deputado Luciano Castro.

Se assim entenderem...

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Sr. Presidente, como autor dos requerimentos, eu concordo que o encaminhamento seja este: que se vote, por aclamação, o requerimento de adiamento sem precisar marcar sessão, para a partir da segunda semana de fevereiro. Mas gostaria de fazer um alerta: a motivação do que está acontecendo aqui hoje não é porque não queiramos começar a votar hoje. É porque o relatório, que está saindo, não dá uma mínima base para se buscar um consenso.

Não acho que vamos partir de uma base, de um relatório amplo que represente aquilo que o Relator entende ser o melhor, para sairmos disputando linha a linha no voto e sair um monstro pior do que tem. Ou se busca uma reformulação da ideia do Relator, tentando buscar mais consenso, ou, então, o resultado da segunda semana de fevereiro ia ser o resultado de hoje se o adiamento não fosse aprovado. Seria a derrota do relatório pela sua grande maioria, e um novo Relator do vencido para discutir o novo consenso.

Há posições com as quais eu não concordo, mas estava concordando em nome do consenso. Há posições com as quais os Parlamentares não concordam, mas estavam abrindo mão em nome do consenso. Não pode haver um consenso de um lado só. Ou melhor, não vai haver consenso, mas que pelo menos se forme uma maioria.

Acho que consenso é uma palavra que realmente não vai acontecer na reforma política. Mas que se forme uma maioria. Esse relatório não dá a



possibilidade de formar maioria. Ninguém aqui vai querer aprovar um escopo a fim de ir para o voto linha a linha. Isso é muito democrático, é muito bonito, mas não tem o menor fundamento. Ainda mais para ir a Plenário. Não se pode achar que num Plenário de 513 nós vamos disputar linha a linha o pensamento, porque nós aqui estamos escolhidos a dedo pelos partidos. Porém, é o Plenário, que representa a grande maioria, que vai votar de verdade.

Então, se formos levar para o Plenário a confusão que não conseguimos resolver aqui, não achem que no Plenário vamos resolver. Vamos adiar apenas o sepultamento.

Então, que esse adiamento sirva para que se busque alguma mudança que possa tornar viável a votação. Porque como está aqui hoje, pelo menos o meu voto, e a tendência do PMDB, embora haja gente no PMDB que concorde integralmente com o Relator, mas nós posicionamos um consenso mediano, simplesmente será derrotar e buscar um novo Relator do vencido para buscar um consenso.

Quero deixar claro que não estamos adiando aqui a data por conveniência política. Nós estamos em desacordo com a proposta que está sendo apresentada. Quero deixar bem claro — e estamos tendo a coragem de assumir — que não há possibilidade de aprovarmos o texto básico desse relatório e partirmos para a votação de destaques linha a linha, a fim de buscar o que tem a maioria. Isso é utópico. Essa utopia não será testada no Plenário.

Obrigado.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Sr. Presidente, eu pedi palavra, pela franqueza da fala do Deputado Eduardo Cunha, que acho muito importante. O objetivo essencial para nós é que apareçam os posicionamentos, a fim de que possamos, de fato, construir um ambiente que nos permita votar.

Qual é a questão? É absolutamente legítimo. Eu sei, porque fiz diversas reuniões com o Deputado Eduardo Cunha. Não vou falar dos partidos, vou falar, por exemplo, da opinião do Relator e do Deputado Eduardo, só para ilustrar o tema, porque ele foi ao ponto. O Deputado Reguffe, por exemplo, tem uma posição que se identifica com a minha. É normal que quando falamos em financiamento de campanha haja Deputado, como o Deputado Eduardo Cunha, que defenda a participação do financiamento privado no processo eleitoral. Isso é legítimo. Eu



também, legitimamente, tenho a convicção de que o melhor sistema é o financiamento público.

Então, como é que se define isso? O que me parece equivocado — equivocado, evidentemente, no sentido de questionar um posicionamento tão contundente em alguns momentos, Deputado Eduardo, e que também, se me permite usar da franqueza, parece-me um pouco arrogante — é que se diga...

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Desculpe-me. Eu não tinha a impressão de ser arrogante.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Eu senti assim. Por isso que resolvi expressar publicamente aqui.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Se entende esse o ponto, eu peço desculpas. Não é isso, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Eu acolho, evidentemente.

O que ocorre? Se eu trocasse de lugar com o Deputado Eduardo Cunha, e ele fosse o Relator, por um desígnio partidário, provavelmente o relatório dele não agradaria a mim, na qualidade de Deputado, e eu teria que democraticamente buscar no Plenário uma maioria através de uma emenda.

Não se diga que, linha a linha, o relatório não permite discutir a posição de V.Exa. Ao contrário, eu sei que há emendas — eu li e estudei — que terminam com o financiamento público e reintroduzem o financiamento privado sem limite de gastos. V.Exa. pode destacar essa emenda. Se ela for vitoriosa no Plenário, o meu relatório é absolutamente alterado e vamos ter um sistema com financiamento privado de campanha, sem limite de gastos.

Agora, não se diga que o relatório impede a expressão de opiniões e de votações aqui na Comissão. Também não se exija do relatório que ele, antecipadamente, estabeleça uma maioria capaz de resolver o tema da reforma política. Porque se nós trocássemos de cadeira neste momento, provavelmente o relatório que V.Exa. apresentasse ia receber outras críticas, diferentes daquela que o meu está recebendo, de outros Deputados.

Então, o meu apelo é que nós entremos no processo de destaques e votações, porque o clima que sempre se estabelece é o de buscar a condição de



votar com destaques, porque o sistema de votação e o financiamento podem ser absolutamente alterados pelos destaques.

Agora, é evidente que também é legítima a posição, eventualmente, daquele que queira formar uma maioria para derrotar o relatório. Isso é da democracia. Mas o meu pedido é esse.

Eu acolho o que V.Exa. diz e fico feliz, porque realmente o meu sentimento foi um sentimento que expressei aos colegas.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Não existe isso, dessa natureza, de minha parte. A contundência do debate faz parte do embate político. Não tenho nenhuma razão para ser arrogante.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO - Sr. Presidente, uma questão de ordem.

Há uma lista de inscritos. Se fosse possível, pediria a observância dela, para concluir, porque há uma proposta do Relator para ser apreciada, e eu gostaria de me manifestar ainda sobre o assunto.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Vamos votar primeiro o requerimento. Daqui a pouco começa a Ordem do Dia, nem isso se vota.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Se eu tiver que tomar uma decisão, eu tomarei a de colocar em votação o requerimento. (*Palmas.*) Não tenho a menor dúvida.

É evidente que houve uma ponderação no início, e me autorizaram essa ponderação. Se essa ponderação for retirada, acato e colocarei o requerimento.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Nós temos inscritos ainda os Deputados Sandro Alex, Fernando Ferro, Augusto Coutinho, Luciano Castro...

(Não identificado) - Eu abro mão da minha fala pela votação do requerimento.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - Presidente, era isso que eu ia falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Mauro Benevides, Daniel Almeida, Waldenor Pereira, Ribamar Alves e Esperidião Amin.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - Eu ia sugerir...



O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Eu fiz uma questão de ordem, Sr. Presidente. O senhor tem que responder.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - Eu ia sugerir, Presidente, que todos os colegas abrissem mão e encaminhássemos a votação do requerimento.

Era essa a sugestão, diante do adiantado da hora. Parece-me que o consenso já está firmado.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sr. Presidente, nobre Deputado Almeida Lima...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Este requerimento pode ser colocado por aclamação?

Há discordância quanto ao requerimento, já numa fase, digamos, abreviada, numa síntese feita pelo Relator, de discussão e votação das matérias no próximo ano, na segunda semana da próxima sessão legislativa?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Na segunda semana da próxima sessão legislativa?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - O adiamento? O adiamento, primeiro, por falta de consenso, que foi uma questão de análise de mérito, colocada pelo Deputado Eduardo Cunha; segundo, até por aquilo que eu disse, eu não vejo...

(Não identificado) - Qual é o prazo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Ah! O prazo. O retorno é exatamente na segunda semana, no reinício...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Sim.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Então, já está aprovado.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO - Sr. Presidente, nós estamos vivendo aqui o exercício do ócio destrutivo, diferentemente do ócio construtivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Eu nunca vi uma síntese tão conclusiva, aprovada por consenso. *(Risos.)*



Nada mais havendo a tratar, a minha gratidão ao Relator, Deputado Henrique Fontana, e a todos os membros desta Comissão.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Um feliz Natal para a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Um feliz Natal a todos os servidores e à imprensa presente.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO - Presidente, em fevereiro tem carnaval. Não esqueça.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Retomaremos os trabalhos na segunda semana da próxima sessão legislativa.